

**A COLÓNIA CORRECCIONAL DE VILA FERNANDO (1880 – DÉCADA DE 30 SÉC. XX):
REGENERAR, EDUCAR E TRABALHAR**

The Correctional Colony of Vila Fernando (1880 - 30s of XX century): Regenerate, Educate and Work

António Gomes Alves Ferreira¹
Helder Manuel Guerra Henriques²

RESUMO

O propósito deste trabalho consiste na compreensão dos processos que conduziam os menores delinquentes portugueses à reabilitação social. Partimos de um enquadramento teórico ancorado na História da Educação que possibilita, em articulação com as fontes utilizadas, a construção de interpretações sobre o modo de transformar menores perigosos em indivíduos socialmente úteis e produtivos. Para fundamentar este processo de reeducação ocupamo-nos de uma instituição criada para o efeito: a Colónia Correccional de Vila Fernando (Elvas, Portugal). Defenderemos que a inclusão social dos menores delinquentes, em Portugal, passava por contextos técnico-institucionais específicos onde circulavam sujeitos e saberes que conduziam os menores à aquisição de comportamentos aceites por via da educação, disciplina e do trabalho.

Palavras Chave: Infância; delinquência; reeducação; trabalho;

ABSTRACT

The purpose of this work is to understand the processes that led the Portuguese juvenile offenders into social rehabilitation. We start with a theoretical framework anchored in the History of Education which allows, in conjunction with other sources, the construction of interpretations on how to transform dangerous young people into socially useful and productive individuals. To support this re-education process we take care of an institution created for this purpose: the Colony Correctional Vila Fernando (Elvas, Portugal). We believe that the social inclusion of young offenders, in Portugal, passed specific technical and institutional contexts, in which people and knowledge circulated leading to the acquisition of accepted behaviors through education, discipline and work.

Keywords: Childhood; delinquency; reeducation; work.

Ao longo da centúria de novecentos os discursos sobre a infância multiplicaram-se. Para este efeito contribuíram diferentes saberes que tomaram a infância como objeto de estudo (ex. medicina; direito; psicologia, pedagogia). Nas últimas décadas, o estudo sobre este período da vida desenvolveu-se a partir de perspetivas teóricas, metodológicas e abordagens disciplinares diversificadas, permitindo ampliar a visão sobre o assunto

¹ Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Coimbra. Professor da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra. GRUPOEDE/CEIS20. E-mail: antonio@fpce.uc.pt

² Professor do Departamento de Ciências Sociais e Humanas e suas Didáticas da Escola Superior de Educação de Portalegre e do Instituto Politécnico de Portalegre. GRUPOEDE/CEIS20. E-mail: henriqueshelder@gmail.com

(BALSERA, 1991). Na sequência desta multiplicação discursiva assistimos à construção de um conhecimento especializado sobre a infância. Luciano Mendes Faria Filho e Rogério Fernandes afirmam que “existem várias experiências humanas que modelam a criança dentro de limites cronológicos determinados”. Defendem que “a esses períodos que desenham a pessoa da criança ou a criança como pessoa, sobrepõe-se as alteridades dos tempos sociais que delimitam o território onde cada um se faz” (2006: 8). A este propósito Maria Cristina Gouvêa refere o seguinte:

A infância, por um lado, remete-nos a um estranhamento, a uma relação com o mundo marcada pela diferença em relação ao adulto. Por outro, ela constitui a gênese da vida adulta, como tão bem nos ensinou Freud. A alteridade da infância não é absoluta, o outro habita em nós, nos constitui e se pronuncia, através da memória, remetendo-nos a um passado que ainda persiste e insiste. Entre o desconhecimento e a profunda identificação, situamo-nos em relação à infância, tentamos compreendê-la, significá-la (2001: 549).

O conceito de infância é, por isso, historicamente construído, dinâmico, emerge de conexões sociais e é plural no seu significado. A partir do processo de reconhecimento da infância enquanto categoria social, é possível compreender a complexidade que transporta no seu interior. A infância moderna surge a partir de uma teia normativa, produzida pelo Estado, que valorizou o papel de redes formais e institucionais, como a família e a escola, no processo de regulação da sociedade “onde a infância se converteu em objeto de conhecimento e de intervenção social” (BALSERA, 1991: 228). A edificação dos sistemas educativos traduz bem essa normatividade e a necessidade de produzir uma infância civilizada (RIZZINI, 2004).

A regulação e “padronização” da sociedade remete-nos, simultaneamente, para os desajustamentos sociais, em particular, na infância. A emergência discursiva sobre a infância inadaptada, desvalida, vagabunda e/ ou delinquente assume relevância na segunda metade da sociedade oitocentista e no começo do século XX. Foram criados diversos contextos técnico-institucionais para lidar com as crianças e jovens marginais que passaram a constituir um problema social premente onde o Estado sentiu necessidade de intervir. Assim “implementam-se um conjunto de práticas sociais de proteção, assistência e, também, um novo campo de saber estimulado por vários conhecimentos científicos” sobre a Infância marginal (BALSERA, 1991: 228 e segs).

Neste sentido, revela-se pertinente estudar a infância em situação de risco social e/ou moral. A criança marginalizada integra a pluralidade do conceito de infância aqui proposto, assumindo, porém, um programa institucional e sociopedagógico particular. Valoriza-se a criação de territórios de socialização/reabilitação social e moral especializados (instituições) como intuito de lidar com a infância enquanto problema social, com características e objetivos pedagogicamente diferenciados em relação à infância regular/normal. Entendemos, portanto, que a marginalidade traduz uma situação que pode ser transitória e que implica, desejavelmente, um processo de integração ou reintegração do menor na sociedade (SCHMITT, 1990, p. 396) através de diferentes formas, entre elas a institucionalização.

Neste texto procuramos interpretar os processos que suportam a reeducação dos menores delinquentes portugueses conducentes à sua “normalização”, reintegração ou inclusão social ao longo das primeiras décadas do século XX. Na sequência do que acabamos de referir, e para orientar o nosso estudo, formulamos as seguintes questões:

Quem eram as crianças/jovens rotulados de marginais? Quando surgiram as primeiras instituições de correção/regeneração de menores delinquentes? Como funcionavam? Qual o modelo formativo assumido? De que forma se processava o ato reeducativo? E, especificamente, na Colónia Agrícola de Vila Fernando como se procedia à regeneração e reabilitação social destes menores?

Estas questões orientam o trabalho que apresentamos e, para as quais, procuraremos construir um sentido. Pretendemos compreender os processos de regeneração dos menores marginais, num contexto técnico-institucional, a partir da importância da educação. Assim, sentimos necessidade de partir para a análise através da observação de um contexto institucional específico socorrendo-nos, para o efeito, do exemplo da Colónia Correccional de Vila Fernando (Elvas, Portugal).

O nosso estudo encontra o suporte empírico num conjunto diversificado de fontes. Identificamos e organizamos um “corpus documental” que permitiu compreender a realidade institucional de Vila Fernando na transição do século XIX para o século XX e nas primeiras três décadas da centúria de novecentos. Assim, procedemos à análise de dois periódicos: o primeiro, publicado em 1910, pelo *Orgão dos Voluntários do Bem*, intitulado *Echos do Lar*, consultado no Arquivo Histórico de Elvas; o segundo, publicado, com interrupções, entre 1929 e 1947 – *Echos da Colónia* - que nasceu na Colónia Correccional de Vila Fernando. Além da imprensa, analisamos relatórios, monografias, iconografia e legislação referente, essencialmente, à instituição em análise.

Teoricamente, ancoramo-nos a um conjunto de autores que permitiram construir uma grelha de análise capaz de interpretar os processos de institucionalização e regeneração da infância e juventude marginalizada, enquanto problema social e público (FOUCAULT, 1994; 1997; 2006; 2006b; ARIÈS, 1988; 1990; LIMA, 2004; RUFINO, LIMA & RODRIGUES, 2003; FERREIRA, 2000; 2006; FILHO, 2006; DEL CURA GONZALEZ, 2012, BALSERA, 1991; GOUVÊA, 2007; GONDRA, 2006 ; Etc.). Deste modo, optamos por compreender este universo filiando o nosso trabalho a uma abordagem relacionada com a importância dos mecanismos capazes de influenciar a conduta dos internados. Trata-se de interpretar, numa perspetiva sociohistórica, as formas de exercício de poder sobre a vida institucional dos sujeitos, centrando a nossa análise nos processos formativos conducentes à regeneração dos internados no contexto escolhido como exemplo para este trabalho.

A metodologia utilizada assenta na crítica/análise histórica, colocando em “crise”, interna e externamente, os discursos que recolhemos e selecionamos a partir das fontes identificadas. A validade destes discursos pode ser melhor interpretada quando tomados como elementos constituintes de uma verdade e não como “a verdade”. Deste modo, consideramos que os discursos não são inocentes e que podem revelar um conjunto de aspetos que possibilitam ao investigador construir nexos e interpretar realidades de um

modo plural. Depois da recolha, leitura e análise das diferentes fontes, procedeu-se à identificação de ideias transversais ao período temporal escolhido que possibilitaram a construção de uma grelha teórico-empírica sobre os processos e/ou discursos de reabilitação dos menores delinquentes em contextos técnico-institucionais.

O texto encontra-se dividido em três partes. Na primeira parte, procedemos a um enquadramento conceptual que permite responder às questões colocadas previamente. Na segunda parte, apresentaremos uma breve resenha histórica sobre a Colónia Correccional de Vila Fernando. Por fim, discutiremos, em particular, as características do “ato reeducativo” através do contexto institucional identificado e tomado como exemplo.

Infância e Marginalidade

Tendo a modernidade concedido maior atenção à quantidade e qualidade das pessoas, acolheu uma maior preocupação com o desenvolvimento da pessoa e daí a importância com a caracterização dos sucessivos períodos da vida humana. Claro exemplo dessa preocupação é a maior projeção da infância. Verifica-se que ela passa a ser mais explícita na definição das idades. De acordo com António Gomes Ferreira “tudo indica que do século XVI para o século XVII se acentuou esse interesse pela arrumação dos percursos em determinadas idades” (2010: 218). O caso mais evidente dessa acentuação surge com Coménio, quando na “Pampaedia” aponta para a necessidade de adequar as idades da vida a escolas específicas com o objetivo de promover aprendizagens singulares (1971: 110).

De entre as instituições que mais caracterizam e condicionaram a modernidade e que contribuíram para a definição de infância está a escolar. Apesar da escola nesses primeiros séculos da modernidade ser bem diferente da dos últimos decénios do século XX, ela acabou por valorizar a especificidade da infância delimitando capacidades e favorecendo maior reconhecimento a partir do momento em que se constituiu como um espaço próprio para a criança. A instituição escolar integra um movimento civilizador conducente a um processo de padronização da sociedade que se torna especialmente evidente nas centúrias de oitocentos e novecentos onde o Estado, elemento determinante, procurava construir uma sociedade voltada para o progresso assente em pressupostos racionalistas e positivistas. Cyntia Veiga, ainda que numa linguagem algo entusiástica, chama precisamente a atenção para a importância da escola sobre a forma de entender a infância:

A difusão da escola criou uma nova condição de infância civilizada, a criança escolarizada, mas também diferenciada pela escola. Contribuiu para isso a organização racional das classes homogêneas possibilitadas pela aplicação dos testes psicológicos e aferição das diferenças da inteligência. É neste aspecto que se alternaram os procedimentos identitários das crianças, sendo possível classificá-las a partir de categorias formuladas cientificamente. Vários foram os estudos que associaram as idades cronológicas das crianças à idade escolar e idade mental, a partir de diferentes obras de especialistas de fins do século XIX. Firmados na cientificidade, os especialistas confiavam largamente na intervenção calculada e quantificada na escola (2007: 10).

Seguindo no mesmo sentido, Branca Santos (2010) refere que a escola era vista como um elemento importante de disciplinação social, difundindo padrões de civilidade, definindo padrões de normalidade e anormalidade, contribuindo para a classificação e distribuição social. Este movimento de homogeneização impulsionado pelo Estado através da instituição escolar contribuiu para identificar aqueles que não correspondiam a um conjunto de critérios que colocavam e agrupavam as crianças e jovens no interior da categoria *normalidade*. Mas mais do que isso, uma criança frequentar ou não a escola era estar ou não no lugar certo. Não frequentar a escola era estar em situação de risco social. Tornava-se, portanto, imperioso colocar a criança marginalizada no projeto de emancipação civilizacional do país, emergindo e ganhando centralidade discursiva a “outra infância”; aquela que precisava de ser tratada, depois de devidamente identificada, em contextos específicos com o objetivo de poder vir a participar no ideal de progresso social proposto.

O caminho para a proteção às crianças em risco social mereceu pouca atenção dos poderes públicos em Portugal até à segunda metade de oitocentos. No entanto, a maioria das crianças no Portugal de então não estava no lugar certo: a escola. A situação de muitas e muitas crianças estava relacionada com as precárias condições de vida das famílias. Com ou sem pais, as muitas crianças de famílias que lutavam pela sobrevivência tinham de participar nesse esforço. A visibilidade do problema social aumentava com o tamanho das localidades e principalmente nas cidades. Na centúria de oitocentos e começo do século XX, a imagem da criança delinquente encontra-se frequentemente associada “ao trabalho nas fábricas e ao abandono e vadiagem das crianças” (Lino, 2007: 49). A este propósito, em 1880, discutia-se na Câmara dos Senhores Deputados o que fazer à juventude vadia:

As dificuldades em que se encontra o governo todas as vezes que tem de dar destino aos muitos rapazes vadios, que frequentemente são postos á sua disposição pelo poder judicial, tem feito lembrar a necessidade de crear um estabelecimento onde aquelles infelizes alcancem a educação que lhes falta, e adquiram a moralidade e os habitos de trabalho, cuja ausencia os encaminha á vagabundagem, e não poucas vezes ao crime (1880: p. 2009).

O Estado assumiu a necessidade de combater este problema, traduzindo-se na criação de um conjunto de instituições com o objetivo de acolher e regenerar socialmente a infância marginal. De acordo com César Rufino, o Estado pretendia “consumar a integração de todos os segmentos populacionais da infância” (2003: 45) influenciando a sua conduta e tornando a infância marginalizada governável. Deste modo, depositaram-se “grandes esperanças na educação das crianças, mesmo naquelas que a má sorte tinha colocado no caminho errado” (FERREIRA, 2006: 101).

Ao longo da segunda metade do século XIX, o Estado corporizou a ideia de conhecer melhor esses menores marginais de forma a controlá-los e moldá-los de acordo com os princípios sociomoraes da época. Tornou-se necessário conhecer o “germe da individualidade” escondido na Infância (Ó, 2006: 129). A criação de instituições especializadas em processos de reeducação permitiu o aprofundamento do conhecimento sobre a infância/juventude marginalizada. A primeira instituição criada

na segunda metade de oitocentos foi a Casa de Detenção e Correção de Lisboa (1871). Esta instituição assumia essencialmente um caráter punitivo, embora revelasse já algumas características provenientes de novos estudos sobre a infância marginalizada, projetando-se, por exemplo, na divisão por faixas etárias dos que ali se encontravam. Numa primeira fase esta instituição não correspondeu ao objetivo para que fora criada, uma vez que foi considerada como uma “universidade do crime e do vício” (FERNANDES, 1958: 10).

Mas a partir daqui, começava-se a pretender alterar a situação das crianças delinquentes ou marginais e a tentar encontrar soluções institucionais que dessem racionalidade à sua reeducação. A Colónia Correccional de Vila Fernando foi das primeiras instituições fundadas com o propósito de regenerar a infância/juventude marginalizadas em Portugal. Neste contexto circularam um conjunto de saberes e foram aplicadas práticas disciplinares e formativas sobre os colonos. A formação, a disciplina e o trabalho, articulados com uma arquitetura e espaços próprios, constituíram elementos muito presentes que possibilitaram o desenvolvimento do processo reeducativo.

De facto, foram vários os saberes em torno da infância que, articulados com a disciplina, entraram neste novo território com um sentido laboratorial e experimental (DEL CURA GONZALEZ, 2012). Aqui encontraram um amplo campo que permitiu colocar em exercício práticas educativas, disciplinares, de vigilância ou controlo sobre os delinquentes com o objetivo de reeducá-los. A produção de efeitos de poder é especialmente visível nestes contextos educativos, tutelares e institucionais que “em nome do interesse da criança, passaram a poder tutelá-la integralmente, com uma intencionalidade educativa e socialmente normalizadora” (RUFINO, 2003: p. 19). O principal objetivo deveria ser o da reabilitação do indivíduo para a sociedade de onde tinha sido excluído. A intenção reeducativa exigiu a articulação entre o Estado e um conjunto de Saberes científicos que permitiam compreender a infância marginalizada. A medicina, a psicologia e/ou a pedagogia contribuíram ativamente para o desenvolvimento do processo reeducativo.

Na sequência da análise de legislação relacionada com a Escola Agrícola de Vila Fernando, entendemos que este processo de reeducação desenvolveu-se em três momentos chave: o primeiro momento, diz respeito ao processo de “mortificação do indivíduo” (entrada na instituição); o segundo momento, refere-se às práticas regeneradoras e de reabilitação social dos sujeitos institucionalizados (durante o internamento); e, por fim, o terceiro momento, decorrente e ancorado nos anteriores, prende-se com a utilidade futura do indivíduo institucionalizado para a sociedade (utilidade para a sociedade).

Efetivamente, para que este processo reeducativo fosse conseguido, procurava-se conhecer quem eram essas crianças, o que determinava a sua presença naquele contexto, procurando-se compreender, no fundo, as causas da própria marginalidade. A este propósito, António Gomes Ferreira refere que a delinquência era vista como uma doença que possuiria traços comuns:

um aspecto relevante da ideologia era a esperança em que a delinquência pudesse ser identificada, tratada e mudada. Entendia-se que a delinquência como doença era revelada na cara, na voz, no porte, na pessoa, de tal modo que um especialista pudesse prever essas tendências criminosas. Nestes casos, a intervenção médica poderia

constituir uma medida preventiva. Mas foi o modelo médico e o seu vocabulário em vez da intervenção médica que se tornaram na referência do tratamento da delinquência juvenil (2001: 52 e 53)

O caminho encontrado para a cura desta “doença” passava pela implementação de uma racionalidade psico-médico-higiênica que circulou nos contextos técnico-institucionais criados para o efeito e, em particular, na Escola de Vila Fernando. O combate à delinquência só produziria efeitos se fossem criadas as condições necessárias para a conhecer e interpretar.

Os contextos institucionais, o local de implantação e a proximidade de alguns meios de comunicação também contribuíam para a construção do processo reeducativo. Assim, como aconteceu com a instituição criada em Vila Fernando, assumia-se que o melhor local para a regeneração seria em contexto rural, junto de uma natureza com efeitos reabilitadores em articulação com uma exigente disciplina, formação moral e profissional.

O objetivo principal do processo reeducativo era “criar sujeitos governáveis através de várias técnicas desenvolvidas de *controle, normalização e moldagem* das condutas das pessoas” (FIMYAR, 2009: 38), num contexto ausente de perigos e vícios, onde a formação moral e profissional deveriam permitir, futuramente, a devolução social dos menores.

A Colônia de Vila Fernando: breve resenha histórica

Quem eram e o que fazer ao crescente número de menores marginais que se tornavam especialmente visíveis na segunda metade de oitocentos? Este problema foi discutido e analisado na Câmara dos Senhores Deputados e as ideias davam conta de bastante controvérsia. Propunha-se, por exemplo, que os “rapazes vadios” com apetência para o crime fossem integrados no exército de forma a disciplinar o seu comportamento e a tornarem-se úteis à pátria mas outros colocavam em causa esta utilidade à pátria, uma vez que em sociedade constituíam um perigo.

Mas a prática de delitos, a criminalidade e/ou a disfunção social constituíam motivos suficientes para procurar soluções que permitissem a reabilitação dos indivíduos classificados e marginais. Impunha-se, portanto, a necessidade de regenerar e moralizar os menores delinquentes ao invés de apostar-se num sistema essencialmente punitivo do corpo. Os governantes da segunda metade de Oitocentos concluem que era necessário responder ao problema através da reabilitação social dos sujeitos. O interesse do Estado pela regeneração de crianças e jovens em perigo foi assinalável, como é demonstrável através das várias instituições especializadas em comportamentos infratores e desviantes criadas para o efeito.

A Escola Agrícola de Vila Fernando é pensada como um projeto reabilitador dirigido, essencialmente, ao menor delinquente. Esta instituição surgiu com o objetivo central de desenvolver “a feição escolar [mais] do que a de instrumento de penalidade” (*Câmara dos Senhores Deputados*, 1880). Nesta instituição havia, efetivamente, um programa formativo e “tutelar” pensado com o intuito de reeducar estes jovens marginais. O programa formativo assentava em três pilares: formação moral, intelectual e profissional.

Presente em todo o contexto técnico-institucional encontrava-se a necessária disciplina. Como salienta Felix Santolaria Sierra (2009), à luz de exemplos espanhóis, este modelo era fechado, graduado, seguia um conjunto de atividades uniformizantes de natureza escolar e profissional com laços de pertença de caráter institucional.

A criação desta instituição deveria toda ela contribuir para o mesmo objetivo. Assim, era necessário encontrar uma localização adequada para implementar tal programa regenerador. O Alentejo foi escolhido como o local indicado para instalar a Escola Agrícola respondendo, simultaneamente, a um ideal de desenvolvimento e povoamento da região. O local de implantação foi o distrito de Portalegre, concelho de Elvas (Vila Fernando) onde se iniciaram as obras desta instituição numa região claramente rural.

Encontrado um local com características apropriadas, destacando-se entre elas a proximidade a uma estação de via-férrea, um terreno com grande extensão (777 hectares) e água em abundância, o rei Dom Luís, por carta de lei de 22 de Junho de 1880, autorizou a criação da “Escola de Reforma” destinada a acolher menores marginais.

Figura 1 - Vista aérea da Colónia Correccional de Vila Fernando (Anos 30)



Fonte: AGAREZ, 2010.

João Veríssimo Mendes Guerreiro foi encarregado de projetar a Escola de Reforma. Para a sua escolha contribuíram vários fatores, entre eles a sua experiência no ramo da engenharia e o conhecimento das realidades internacionais, devido à sua formação parisiense. Desde o início da projeção da instituição que tomou como referência “experiências congêneres internacionais”, destacando-se a Escola de Reforma de Ruisselede (1849) e a colónia de Mettray (1839) (AGAREZ, 2008: 164). A partir destas duas referências foi projetada a planta para a Escola de Reforma de Vila Fernando. Todavia, embora a criação da instituição fosse autorizada em 1880, só quinze anos mais tarde iniciaria o seu funcionamento. Em 1891, o rei Dom Carlos decretava a necessidade de isentar de impostos a maquinaria e utensílios que se destinassem às oficinas da Escola de Reforma de Vila Fernando. Três anos mais tarde, em 1894, propunha-se a criação

do mapa de pessoal que havia de possuir a Escola uma vez que estavam “concluídas as principais oficinas para a escola poder regularmente funcionar” (23 de junho de 1894). Nesta altura reconhecia-se a urgência na abertura da instituição, que podia alojar cerca de 100 menores, com o objetivo de “regenerar pelo trabalho os menores abandonados, entregues à vadiagem e mendicidade” (1894).

O primeiro regulamento da instituição, com caráter provisório, é publicado em 1895. Verifica-se aí a existência de uma hierarquia bem definida, onde a figura do diretor assume grande importância no funcionamento institucional. O primeiro diretor da instituição, foi o bacharel em direito, pela Universidade de Coimbra, Ernesto Leite de Vasconcelos³.

Um momento de enorme relevância foi o ano de 1898. A Escola Agrícola de Vila Fernando passou a ser tutelada pelo Ministério da Justiça. Transição que, em certa medida, já se anunciava em 1896 quando se diz que a instituição assume uma matriz “policial”. A confirmação chega dois anos depois:

(...) a escola agrícola de reforma (...) é principalmente um instituto correcional, e por isso importa que esteja subordinado à superintendência, de que dependem estabelecimentos congêneres, e pela mesma secretaria de estado, a fim de que uns aos outros se auxiliem e completem na regeneração dos menores, que lhes são entregues (...) [a] escola agrícola de reforma seja transferida do ministério dos negócios do reino para o dos negócios eclesiásticos e de justiça, a fim de ser exercida pela forma, que for determinada em ulterior regulamento (Carta de Lei, 1898).

Esta fase parece constituir um período de procura de uma identidade ainda por definir no que respeita à sua missão. A consideração anterior assenta no percurso legal que foi seguido no último quartel do século XIX. De instituição que podia receber, vadios, pobres, mendigos, etc... passa a ser uma instituição especializada no trabalho da recuperação sociomoral de menores.

O regulamento anunciado em 1898, foi publicado em 1901. Um regulamento que apresenta um caminho bem definido, alterando desde logo a designação de «Escola Agrícola» para «Colónia Agrícola Correccional». De acordo com o legislador a alteração da designação era necessária porque não definia “a sua função especial”. E continuava, defendendo que “o carácter do estabelecimento deve ser o de um estabelecimento repressivo”. Esta ideia verifica-se, também, no modo como a instituição se passou a organizar. Por um lado, o pessoal que devia responder perante a figura do diretor e do conselho disciplinar, criado para o efeito em 1901; e, por outro lado, os colonos que tinham um conjunto alargado de deveres e tarefas a desempenharem ao longo da sua estadia.

No decorrer do regime republicano (1910-1926) foi substituído (1913) o primeiro diretor da Colónia de Vila Fernando, Ernesto Leite de Vasconcelos, pelo médico e

³ Ernesto Leite de Vasconcelos era natural da cidade do Porto. Nasceu a 22 de Agosto de 1860. Formou-se em direito na Universidade de Coimbra em 1892. Casou a 8 de Setembro de 1912 com D. Joana de Portugal da Silveira Mexia de Matos, condessa de Castro D’Aire, por nascimento, e viscondessa do rio Xévorá devido ao seu primeiro casamento. Morreu em Vila do Conde a 18 de Fevereiro de 1932. Governou a Colónia Correccional de Vila Fernando entre 1895 e 1914. Depois da sua saída, fez donativos para a instituição de vários prémios dirigidos aos Colonos de Vila Fernando.

político Henrique Caldeira Queiroz⁴ que se manteve em funções até à década de 40 da centúria de novecentos (1942). Na década seguinte, a Colónia Agrícola de Vila Fernando viu novamente a sua designação alterada para Colónia Correccional de Vila Fernando. Foi, no entanto, nesta década que se procedeu à reorganização da Inspeção Geral de Menores assumindo também para si as questões de ordem económica e administrativa (Decreto 9152 de 27 de Setembro de 1923). Segundo Henrique Caldeira Queiroz:

é de então, principalmente, que data o desenvolvimento tomado por esta colónia. Os benefícios económicos produzidos pelo decreto de autonomia conjugados com o valiosíssimo auxilio prestado pelo Exmo Administrador e Inspector Geral, dr. Augusto de Oliveira (...), permitiram a construção de vários dos edifícios hoje existentes, a aquisição de material eléctrico para a Central e de maquinaria agrícola, a montagem dum esplendido balneário, a montagem das oficinas de marcenaria e de serralharia mecânica, esta ultima em edifício construído de raiz e dotada de material e de aparelhagem que a colocam a par do que de mais completo existe nesse género no nosso país (1931, p. 4).

No final da década de 20, a instituição ganhava uma nova dinâmica no que respeita aos recursos que estavam ao seu dispor. Estes recursos constituíam elementos fundamentais para o desenvolvimento desta “terapia regeneradora” dos menores marginais uma vez que assentava numa verdadeira formação profissional, com uma forte feição agrícola e manual, não descurando aspetos médico-higiénicos e pedagógicos presentes no processo de reeducação da Colónia Correccional de Vila Fernando.

Regenerar Menores: Educação, Trabalho e Disciplina

O modelo formativo/reeducativo assumido na Colónia de Vila Fernando assentou em três eixos desenvolvidos ao longo da primeira metade do século XX: a disciplina, a educação e o trabalho. De acordo com Cyntia Veiga “as instituições voltadas para crianças abandonadas e infratoras são exclusivas, comportando também a existência de uma pedagogia diferenciada e com conotação de reabilitação social e regeneração moral” (2012: 22). No caso em análise defendemos a existência de um processo reeducativo assente num modelo formativo com características próprias embora, como dissemos anteriormente, influenciado por experiências internacionais.

Na Escola/Colónia de Vila Fernando desenvolveu-se uma lógica de reeducação integral capaz de exercer influência sobre a vida dos menores, onde o conjunto arquitetónico e o espaço envolvente, em articulação com os sujeitos dirigentes, constituíam verdadeiros “territórios (e protagonistas)” onde se podiam vislumbrar as relações de poder instituídas. Expressão desse poder pode ser a máxima inscrita em grandes letras na parte superior das portas de fundo do refeitório da instituição, visível para todos aqueles que tomavam a

⁴ Formado pela Escola de Médico-Cirúrgica do Porto, foi médico municipal em Borba e Ponte de Sor. Foi administrador do concelho e presidente da Comissão Administrativa de Ponte de Sor (1910-1911), deputado à Assembleia Nacional Constituinte (1911-1915), senador (1925-1926), chefe de gabinete do ministro do Colónias (1912) e director interino da Penitenciária de Lisboa (1913). Foi, ainda, director da Colónia Agrícola Correccional/Colónia Correccional de Vila Fernando, cargo que desempenhou, em 1915, em paralelo com as funções de governador civil de Portalegre e, em 1922, de presidente da Junta de Freguesia de Vila Fernando, Elvas.

sua refeição, comportando em si mesmo uma enorme carga simbólica relacionada com o modelo formativo e reeducativo assumido durante várias décadas na Escola/ Colônia de Vila Fernando: “*Quem não trabalha não come*”. Potenciava-se, simultaneamente, uma educação moralizadora e uma formação profissional capaz de controlar e transformar os menores delinquentes em seres humanos com utilidade social através de uma “pedagogia reabilitadora pelo trabalho” que os “atingia” em todos os momentos do seu quotidiano.

A Escola/Colônia de Vila Fernando caracteriza-se pela existência de um regime disciplinar apertado, fechado e de governação dos sujeitos que, de acordo com os discursos da época, favorecia a reabilitação dos colonos. Este regime disciplinar, no início de novecentos, passava pela necessidade urgente da construção de “cellas punitivas” uma vez que “a adaptação de outros edifícios para cellas, que provisoriamente se tem feito, nem oferece segurança nem condições de incomunicabilidade dos presos” (Regulamento...1901). A exigência disciplinar é ainda mais evidente quando se refere que “a subordinação e obediência do colono deverá ser prompta e respeitosa, não sendo permitida nenhuma hesitação ou observação, ainda que se considere objecto de uma ordem injusta” (Regulamento...1901).

O governo destes menores funcionava num sistema de recompensa e castigo, onde o comportamento e o trabalho constituíam os principais motivos que levavam a um ou a outro. Os principais castigos que se aplicavam eram a “censura particular ou pública; Separação da secção no trabalho e recreio; Privação dos recreios e passeios; Proibição de receber visitas da família; Simples detenção; Detenção com trabalho na prisão; Inscrição na classe dos castigados”. Estas formas de punição tendiam a funcionar como elemento dissuasor de comportamentos desviantes, quer para os próprios, quer para os colegas através do exemplo. Por outro lado, um colono com bom desempenho e um comportamento adequado poderia ver o seu nome inscrito no quadro de honra, na sala da secretaria. Podia ainda ter outras recompensas:

Elogio em ordem de serviço à comunidade dos colonos; Auctorização para receber da família artigos de brinquedo ou de alimentação; Nomeação de monitor de secção; oficina ou aula; Auctorização para sair a passeio com a família quando esta o visite; Gratificação pelo trabalho ou oferta de instrumentos; Prémio pecuniário; Antecipação na saída (Regulamento...1901).

Claramente, estamos perante um sistema que implicava forte vigilância e controlo do comportamento e trabalho dos colonos, um verdadeiro modo de governar e exercer poder sobre a vida dos mesmos. Se os castigos deviam ser exemplares, também as recompensas tinham esse elemento presente. Assim:

No primeiro domingo de cada mês e todas as mais vezes que se julgar necessário, reunida a comunidade dos colonos e assistindo todos os empregados sob a presidência do diretor, este publicará as notas referentes ao comportamento e aplicação dos colonos, dirigirá os elogios e admoestações, comunicará informações acerca dos que saíram do estabelecimento, fazendo observações tendentes a recordar-lhes os seus deveres, estimulando-lhes o zelo e procurando despertar-lhes os melhores sentimentos (Regulamento...1901).

As questões disciplinares ocupavam um lugar central neste contexto técnico-institucional. Articulavam-se com o desempenho e comportamento dos colonos em contexto de formação profissional. Em Vila Fernando este aspeto é especialmente visível uma vez que o objetivo final era devolver o colono à sociedade munido de aprendizagens profissionais que o tornassem útil.

A construção de um sujeito com utilidade social passava também por uma forte componente de instrução literária e moral. Logo em 1895, verifica-se esta preocupação quando se refere que as aprendizagens ministradas na Colónia de Vila Fernando compreendiam a instrução literária que “consistirá no ensino de leitura, escripta e contas, e também de desenho (...)” e o ensino da lavoura “suficiente para um operário agrícola” (Regulamento...1895).

A partir de 1901 a instrução deveria ser dirigida por professores especiais porque “(...) o ensino de indivíduos a quem a miséria fisiológica dos primeiros anos não raro enervou as faculdades intellectuaes, tornando-os de tardio desenvolvimento, tem de ser enérgico e intensamente ministrado” (Regulamento...1901). Além dos aspetos referidos, acrescentava-se no início da centúria de novecentos a educação física, moral, religiosa e literária; a educação do trabalhador; o ensino das indústrias correlativas à agricultura, o ensino da música. Os colonos deviam ser divididos em três classes, deviam frequentar o curso de desenho e todos estavam sujeitos à revisão e emenda dos trabalhos escolares pelo respetivo professor “entregues no dia imediato com a classificação que merecerem” (1901). O aproveitamento escolar de cada um dos colonos resultava, além do juízo do professor, de uma reunião com o médico, agrónomo e capelão. Estas reuniões revelam a importância e a circulação de um conjunto diversificado de saberes que conduziam ao estudo do menor e à avaliação das suas capacidades em determinado momento. Os resultados eram comunicados pelo diretor. Na década de 30, Henrique Caldeira Queiroz é incisivo quando se refere à necessidade de educar os colonos de acordo com os seguintes princípios e/ou técnicas de governo dos sujeitos ali internados:

Cuidados de asseio com as pessoas e com as roupas, continência de linguagem, respeito para com os superiores, bons modos e afabilidade para com toda a gente, delicadeza nas maneiras, compostura em toda a parte e especialmente às refeições, etc. Em todos os casos, e muito especialmente no caso da colónia, tem uma importância enorme sob o ponto de vista educativo todas estas pequenas coisas a que no geral se não liga importância de maior – nestes estabelecimentos – mas cujo conjunto constitui a correção. E conseguir que um colono seja correcto no seu porte é ter andado imenso caminho no sentido da sua regeneração (Queiroz, 1931, p. 16).

Este discurso atravessa diversos contextos políticos e sociais. O que se pretendia era “*modificar*, endireitando o que nasceu torto, e *educar* incutindo ideias, princípios e hábitos por completo diferentes do que constituía a bagagem dos internados à sua entrada na Colónia” (Queiroz, 1931: p. 10). Mais uma vez, a importância da educação, aliada à necessária disciplina, com o objetivo central da regeneração. Um verdadeiro exercício de poder sobre os indivíduos internados na Colónia Correccional de Vila Fernando.

O trabalho é o elemento condutor de todo o processo de reeducação proposto e aplicado durante largas décadas na Escola/ Colônia de Vila Fernando. As aprendizagens em torno da agricultura foram um elemento presente ao longo da primeira metade da centúria de novecentos. No entanto, o regulamento de 1895 previa que além da “profissão agrícola”, os colonos também podiam aprender o ofício de sapateiro, alfaiate, carpinteiro, serralheiro e a de serviços domésticos. Para o efeito, depois de efetivada a matrícula numa das atividades referidas tinha-se em conta “a capacidade phisycal, procedência urbana ou rural, e provável destino de cada colono” (Regulamento...1895). Além das aprendizagens que teriam de realizar no interior do estabelecimento, também eram obrigados a colaborar nas obras ou quaisquer trabalhos que estivessem a ser realizados.

A aplicação no trabalho podia colocar os colonos no quadro de honra ou no quadro nas condenações. Os principais trabalhos desenvolvidos na Colônia eram vocacionados para a agricultura e indústria. A produção de cereais, lacticínios, sericicultura, a criação de gado, plantação de horta, pomares, olivais, vinha, ou ainda a arborização de parte da Colônia, a regularização da ribeira e a exploração e controlo da água existente na Colônia, constituíam as principais áreas de trabalho com relevância para o movimento económico da instituição nas primeiras décadas do século XX.

Os produtos recolhidos do trabalho agrícola e industrial, desde a abertura da instituição, foram orientados para a participação em encontros nacionais e internacionais, de modo a que os colonos pudessem ver o seu esforço reconhecido pela sociedade e que esta também pudesse reconhecer o seu esforço no processo de regeneração dos menores. A título de exemplo, sob a orientação do diretor Ernesto Leite de Vasconcelos, a Colônia participou, em 1903, na Exposição Agrícola do Palácio de Cristal, no Porto e concorreu em 1908, com um conjunto de artigos agrícolas e afins, à Exposição Nacional do Rio de Janeiro, no Brasil. Em qualquer dos casos, o diretor é muito claro sobre o interesse na participação nestes eventos:

A intenção com que a Colônia Agrícola Correccional de Villa Fernando concorre à Exposição Nacional do Rio de Janeiro é, pois, não a de surpreender pela excelência da natureza e quantidade dos seus produtos, mas integrar-se no grande movimento humanitário e civilizador pela função económica e moral da sua acção, mostrando como são vantajosamente aproveitadas as forças e aptidões de indivíduos n`ella recolhidos que, há instantes, eram um perigo social, um fautor mesmo de perturbação, e que hoje marcham, progressivamente, para uma reabilitação completa por meio do trabalho (*Catálogo dos artigos com que concorre à Exposição Nacional do Rio de Janeiro*, Junho de 1908, p. 6).

A importância da disciplina, da educação e do trabalho constituem características bastante evidentes na arte de governar ao longo das décadas seguintes. Em 1910 quando foi publicado o periódico *Echos do Lar*, o agrónomo Joaquim Borges Rodrigues escrevia sobre o processo de transformação da terra, comparando-o aos processos regeneradores dos Colonos:

Assim como as Escolas Agrícolas teem procurado fazer compreender ao homem do campo que os detrictos orgânicos são, por maravilhosas transformações, operadas no grande laboratório da terra, a herva verde, o campo florido, o doirado pomo, o alimento do homem e até a força motriz que rasga e envolve o solo: á mesma semelhança a Colónia (...), esse poderoso cadinho onde, cada um de vós se depurou e transformou, vos faz passar da «vasa do crime» a um lugar honroso (...) (1910, p. 2).

A terra é aqui tomada como uma forma de transformar, exercer poder, e reabilitar os menores delinquentes. É por isso que Ernesto Leite de Vasconcelos, acompanhando o pensamento de Veríssimo Guerreiro considerava “*Labor, Virius, Tellus, Mater*” (O trabalho é virtude, a terra é mãe) (1929, nº 6: p. 1). Este discurso continuou a ser defendido nos anos seguintes. Era necessário transformar os menores delinquentes através da educação ali ministrada em conjunto com o trabalho e a aprendizagem de um ofício.

Ao longo da publicação do periódico *Echos da Colónia* (1929-1945) continuamos a verificar a importância atribuída à educação e aos ensinamentos agrícolas. Por diversas vezes o diretor, utilizando a imprensa como instrumento ao serviço do ato reeducativo, defende esta articulação como motor da regeneração da delinquência, mas também a utilidade que estes menores poderiam ter para a região do Alentejo e do país.

Figura 2 - Colonos trabalhando a terra com máquinas agrícolas (anos 30)



Fonte: AGAREZ, 2010.

Encontramos diversos textos de primeira página que servem de exemplo às considerações anteriores:

Com o ensino, com o lidar constante que os nossos rapazes teem a todo o momento, em todos os dias, em todos os tempos, com esta vida do campo, é bem certo que eles no futuro, saindo daqui, mercê da máxima disciplina e respeito, poderão seguir um caminho bem perfeito, tornando-se verdadeiros capatazes agrícolas, tão precisos e necessários ao paiz (1929, nº 4, p. 3).

A ideia do respeito, da disciplina e do exemplo que eles próprios podem vir a constituir no futuro constituem aspetos transversais à disciplina, educação e trabalho.

Uma outra forma, articulada com as anteriores, utilizada pelo próprio diretor era a publicação de cartas de antigos colonos que continuavam a corresponder-se com a instituição. Um exemplo interessante corresponde à publicação de duas cartas diferentes. Uma onde o Colono falava das oportunidades encontradas na sua vida depois da saída da instituição. Outra, dizia respeito a um antigo colono que tinha novamente caído no crime e que tinha sido preso. Sobre este assunto diz o diretor Henrique Caldeira Queiroz:

Os meus pupilos que as leiam [as cartas] com atenção e que meditem sobre elas. Estabeleçam o confronto entre o bem estar, a alegria, a boa disposição que facilmente se adivinham naquele lar do ex-colono que se portou bem, que trabalhou, e o negro desespero, a vida de torturas, o abismo de dor que a outra carta traduz. E depois escolham o caminho a seguir (1929, p. 1).

A primeira carta remete para um ex-colono que estava grato e reconhecido à Colónia porque esta permitiu ser “um homem tão feliz quanto se pode ser”. Apresentava este colono um conjunto de causas que o levaram aos caminhos duvidosos, dando o seu exemplo:

há muitos anos que saí de Vila Fernando, mas tenho bem presente o meu passado. Vadio, roubando o que podia aos meus pobres pães (...) e até aos estranhos quando era possível, tinha horror ao trabalho e só gostava de *flanar* em más companhias, dormindo onde calhava nas muitas noites em que não recolhia a casa (Idem)

De acordo com o testemunho publicado, a sua regeneração deveu-se essencialmente à Colónia de Vila Fernando levando-o a questionar-se “o que seria eu hoje, onde estaria, o que teria sofrido se não fosse a colónia?”. E aponta o caminho que seguiu no interior da instituição:

Habituei-me a trabalhar e comecei a tomar gosto pelos serviços. Nas aulas aprendi o suficiente para fazer exame e até fiquei distinto. E a pouco e pouco foram-me entrando na cabeça os conselhos que me davam e eu comecei a perceber que seguia o caminho errado. Passados dois anos sem nenhuma falta fui para a vida militar e saí de lá, quando acabou o meu tempo, com a caderneta limpa (Idem).

Se este exemplo constitui um caso de sucesso, o diretor fez questão de publicar no periódico uma outra carta de um ex-colono cujo caminho escolhido tinha sido diferente, uma vez que não tinha seguido o caminho traçado no interior da instituição:

Quando fui para a tropa tinha toda a ideia de me portar bem e de ganhar depois a vida pelo ofício que aprendi na Colónia. A princípio tudo correu bem. Mas encontrei no regimento uns antigos companheiros da vadiagem que começaram a desafiar-me. E eu deixei-me ir pelas loas deles e não me lembrei mais do que me diziam na Colónia. O resultado é este. Tenho vindo à cadeia várias vezes e agora dizem que não me livro de ir para a África. (...) As pessoas honradas já não querem saber de mim e têm razão (Idem).

De facto, o exemplo era utilizado como forma de exercer poder junto dos Colonos. Os casos apresentados ilustram bem o objetivo do diretor. Caberia a cada um deles escolher o caminho certo, libertar-se de influências negativas e apurar-se no trabalho para poderem vir a ser felizes, na justa medida, de acordo com as ações que foram praticando. A este propósito Henrique Caldeira Queiroz dirigindo-se aos “rapazes” refere que “(...) não restam dúvidas sobre os nossos intuitos: prepará-los para a vida futura por forma a serem felizes, tanto quanto possível. E digo tanto quanto possível porque felicidade é coisa relativa, dependente dos mais diversos factores (...)” (1929, n^o4, p.1). Apenas em função da educação, do trabalho e da disciplina estes jovens delinquentes poderiam alcançar um lugar honrado em sociedade e a própria felicidade.

Considerações Finais

O projeto regenerador de menores delinquentes da Colónia Correccional de Vila Fernando caracteriza-se pela presença constante de três aspetos fundamentais: a Educação, a Disciplina e o Trabalho. A articulação destes três eixos permitiria tornar governáveis os sujeitos internados na instituição de forma a alcançarem o domínio de si mesmo em sociedade. Tudo se encontrava orientado para a governabilidade dos colonos que deviam obediência, em qualquer caso, à equipa dirigente da instituição. Ao diretor cabiam vários papéis. Além de dirigir e prestar contas sobre a instituição à tutela, cabia-lhe zelar pelo bom ambiente interno. A instituição era entendida como uma “família”. O diretor administrava e dava o exemplo, num sentido paternal, a toda a comunidade residente.

Este ambiente devia ser propício à reabilitação social dos menores delinquentes e assumia em si o processo transformador do menor logo desde a sua entrada na instituição: em primeiro lugar, a crença na ideia de que os motivos que os tinham conduzido à instituição iam ser resolvidos, desde que cumprissem todas as diretrizes internas. Logo à entrada os colonos eram despojados de tudo o que os acompanhava, colocados em reclusão, era-lhes atribuído um número pelo qual deviam responder e era-lhes distribuído um conjunto de acessórios (roupas) que tinham de cuidar e saber utilizar.

O princípio da responsabilização do sujeito estava aqui bem presente. Por outro lado, o traçar a linha de fronteira entre o contexto técnico-institucional e a vida social promovendo desde o início do processo de internamento uma mortificação do individuo social transformando-o num sujeito institucional. Em segundo lugar, a educação assumiu um papel de destaque no processo de regeneração promovendo não apenas a instrução, mas também uma dimensão moral e socializadora. As aprendizagens, essencialmente ao nível do ensino primário, tanto poderiam contribuir para o desenvolvimento de comportamentos disciplinados como de conhecimentos dirigidos aos processos agrícolas e industriais (aprender e utilizar os pesos e medidas), o que colocaria os colonos em situação de melhor serem integrados na sociedade. Bastante relevantes eram os processos de relação instituídos, porquanto eles constituíam fator capaz de influenciar o comportamento dos Colonos, uma vez que estes eram recompensados ou castigados consoante o seu desempenho ou falta dele.

Em terceiro lugar, o trabalho assume-se como um elemento disciplinador, moralizador, educador e transformador dos menores. Com uma matriz essencialmente agrícola, surge no projeto de regeneração de Vila Fernando como o principal elemento capaz de “curar” disfunções sociais. A sua importância é verificável não apenas quando era praticado, mas também pelo conjunto de “máximas” presentes na maioria dos espaços da colónia que incitavam à aplicação dos colonos no trabalho. Defendia-se a ideia de que estes sujeitos podiam ter utilidade para a região alentejana ou para o país se aprendessem um ofício reconhecendo-se, embora, que a saída dos colonos representava um momento por vezes difícil. Encontramos alguns discursos que defendiam que os colonos podiam ser úteis à pátria no exército porque encontravam-se já habituados a um regime disciplinar apertado.

Por último, a disciplina constitui um eixo que cruza todos os outros e que se encontra sempre presente na instituição. Eram várias as formas de poder sobre o corpo a que os colonos eram submetidos (FOUCAULT, 2006). A vigilância constante, as rotinas, a distribuição dos colonos por secções ou divisões, a existência de hierarquias entre os próprios colonos e/ou o trabalho que ocupava o quotidiano dos internados (dentro das oficinas ou na herdade) era marca fundamental no processo de regeneração dos mesmos.

Educação, disciplina e trabalho constituíam a pedra angular de todo o processo de regeneração social e moral dos menores delinquentes portugueses ao longo da primeira metade da centúria de novecentos. Estes princípios constituíam a base do processo de devolução dos colonos à sociedade com o objetivo de os tornar elementos úteis, produtivos e, devidamente, normalizados.

Bibliografia e Fontes

AGAREZ, Ricardo, A Escola Agrícola de Reforma em Vila Fernando, 1881-1908 – Programa, projecto e obra da primeira colónia correcional portuguesa. *Monumentos*, 28, Dezembro de 2008, pp.162 – 175.

ARIÈS, Philippe (1988), *A criança e a Vida familiar no Antigo Regime*, Lisboa: Antropos.

BADINTER, Elizabeth (1985), *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALSERA, Paulí et al. (1991), La protección infantil y los tribunales tutelares de menores en el País Vasco. *História de la Educacion: Revista Interuniversitária*, nº 10, pps. 227-252.

COMÊNIO, João Amós (1971). *Pampaedia (Educação Universal)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

DEL CURA GONZALEZ, Mercedes (2011), *Medicina y Pedagogía - La Construcción de la Categoría «Infância Anormal» en España (1900-1939)*, Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas.

FERNANDES, José Maria de Almeida (1958), *Monografia do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira*, Caxias: Oficinas Gráficas do Reformatório Central de Lisboa Padre António de Oliveira.

FERREIRA, António Gomes (2000), *Gerar, Criar e Educar*, Coimbra: Quarteto.

FERREIRA, António Gomes (2001), Compreensão do comportamento anti-social no pensamento psicopedagógico contemporâneo” In GASPAR, Maria Filomena et al (Orgs), *Problemas emocionais e comportamento anti-social*, Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra/ Fundação para a Ciência e Tecnologia, pp. 47-62.

FERREIRA, António Gomes (2006), “Crianças, Alunos e Menores - Elementos para uma compreensão social da infância em Portugal” In PINTASSILGO, Joaquim et al., *A História da Educação em Portugal: Balanço e Perspetivas*, Porto: Asa, pp. 73 – 110.

FERREIRA, António Gomes, A Criança e o seu Desenvolvimento em Discursos Médicos e Pedagógicos que Circularam no Contexto Português (Séculos XVIII A XX). *Educação em Revista*, Belo Horizonte, V. 26, n°1, pp.215 – 234, Abril, 2010.

FILHO, Luciano Mendes Faria, FERNANDES, Rogério & LOPES, Alberto (Orgs.) (2006), *Para a compreensão histórica da infância*, Lisboa: Campo das Letras.

FIMYAR, Olena (2009), Governamentalidade como ferramenta conceitual na pesquisa de políticas educacionais. *Educação e Realidade*, 34 (2), 35 – 56, Maio – Agosto de 2009.

FOUCAULT, Michel (2006), *Vigiar e Punir – História da Violência nas Prisões*, 31ª edição, Petrópolis: Editora Vozes.

GÉLIS, Jacques (1991). A individualização da criança. In ARIÉS, Philippe & CHARTIER, Roger (Orgs.). *História da vida privada - da Renascença ao século das luzes*. São Paulo Companhia das letras, p.311-330.

GOUVÊA, Maria Cristina Soares (2011), Infância: entra a anterioridade e a alteridade. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, V. 36, n°2, pp.547 – 567, Maio – Agosto.

LINO, Maria Adília (2007) *Educação de Infância, currículo e Teatro: um estudo histórico sobre o discurso oficial em Portugal (1882-1997)*. Dissertação de Mestrado. Faro: Universidade do Algarve.

Ó, Jorge Ramos do (2006). Os Terrenos Disciplinares da Alma e do Self-Government no Primeiro Mapa das Ciências da Educação (1879-1911). *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 1, pp. 125-136. Consultado em [09, 2012] em <http://sisifo.fpce.ul.pt>

RIZZINI, Irma (2004), *O cidadão polido e o selvagem bruto – a educação dos meninos desvalidos na Amazônia imperial*. Tese de doutorado em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (453 páginas).

RUFINO, César, LIMA, Ana Laura & RODRIGUES, Flávia Sílvia (2003), Para uma História da reeducação e assistência a menores em Portugal e no Brasil dos séculos XIX e XX: Discursos e Instituições, «Col. Cadernos Prestige», Lisboa: Educa.

SANTOLARIA SIERRA, Felix F. (2009) El campo educador. El retorno a la tierra y al hogar como respuesta a la infancia en riesgo social: algunas notas históricas (siglos XIX-XX). In *El largo camino hacia una educación inclusiva: la educación especial y social del siglo XIX a nuestros días: XV Coloquio de Historia de la Educación*, Pamplona-Iruñea, 29, 30 de junio y 1 de julio de 2009 / coord. por María Reyes Berruezo Albéniz, Susana Conejero López, Vol. 2, págs. 357-370.

SANTOS, Branca do Carmo Teixeira de Oliveira (2010), “A Reeducação de menores – no Convento Corpus Christi (1927-1992)” in FELGUEIRAS, Margarida Louro et al, *Cultura Escolar, Migrações e Cidadania* [Actas do VII Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação], Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais in LE GOFF, Jacques et alli (org.). *A nova história*. Coimbra, Almedina, 1990.

VEIGA, Cynthia (2007), “Monopolização do ensino pelo estado e a produção da Infância escolarizada”. *Atas do X Simpósio Internacional – Processo Civilizador realizado nos dias 1,2,3 e 4 de Abril de 2007*, Campinas: SP.

VEIGA, Cynthia Greive (2012), “História da Educação Social: Um campo de investigação para a História da Educação” in PESSANHA, Eurize Caldas & JUNIOR, Décio Gatti (Orgs.), *Tempo de Cidade, Lugar de Escola. História, ensino e cultura escolar em “escolas exemplares”*, Uberlândia: EDUFU.

Colónia Agrícola de Vila Fernando – Catálogo dos artigos com que concorre à exposição Agrícola do Palácio de Cristal Portuense (1903). Porto: Tipografia Real da Oficina de S. José.

Colónia Correccional Agrícola de Vila Fernando – Catálogo dos artigos com que concorre à Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908), Porto: Tipografia Real da Oficina de S. José.

Arquivo Digital do Parlamento Português - *Câmara dos Senhores Deputados, Debates Parlamentares*, 1855-1911 (período consultado).

Diários do Governo – *Ministério do Reino/Ministério da Justiça* (1879 – 1911). Lisboa.

Monografia da Colónia Correccional de Vila Fernando (1931), Lisboa: Typografia do Reformatório Central de Lisboa “Padre António Oliveira”.

Arquivo Histórico de Elvas. *Echos da Colónia* (1929-1945).

Arquivo Histórico de Elvas. “*Echos do Lar*” (1910).

VASCONCELOS, Ernesto Leite (1905), *Colónia Agrícola de Vila Fernando – Relatório do Ano Económico de 1903-1904*, Porto: Tipografia Real da Oficina de S. José.

Recebido em agosto de 2013
Aprovado em novembro de 2013